

Temos outros problemas

J.A. GUILHON ALBUQUERQUE



Sou frontalmente contrário a uma antecipação para convocação da Constituinte, sobretudo na medida em que isso implica a desvinculação entre o órgão constituinte e o futuro Congresso e, ainda mais, instituiria uma duplicação de poderes com relação ao atual Legislativo. Insistir nessa tecla numa situação de transição sem ruptura e de plena normalidade institucional, e ainda por cima com a construção esdrúxula e inédita de um tri-cameralismo (Constituinte, Câmara e Senado) me parece uma proposta acadêmica, que denota pouco compromisso com a responsabilidade política e com a realidade sócio-econômica.

Em primeiro lugar, a inexistência de ruptura institucional — que eventualmente provocaria um vazio constitucional — torna inútil a precipitação de um processo de reconstitucionalização. A transição está sendo efetuada mediante uma aliança com setores em dissidência com o antigo regime, e dentro do quadro institucional anterior, com base no Colégio Eleitoral e mantido o atual Congresso como foro legítimo de representação popular.

Embora até a duração do mandato do Executivo Federal esteja posta em discussão para a futura Constituinte, o mandato dos atuais legisladores não está em causa, e nem está sendo posto em causa pelos que propugnam por uma Constituinte antecipada e separada. A validade da representação atual é contestada, devido a suas desigualdades regionais, e a sua vulnerabilidade a influências consideradas ilegítimas,

tais como o poder econômico, o clientelismo político ou o clientelismo religioso, mas a legitimidade dos mandatos legislativos não é posta em questão.

Não existe urgência que aconselhe remédios heróicos. Considera-se, ao contrário que, no seu conjunto, o impropriamente chamado entulho autoritário foi, se não inteiramente removido, suficientemente afastado para abrir espaço para os construtores da Nova República. Deliberadamente, aliás, a comissão interpartidária do Congresso deixou de lado questões que, no seu entendimento, deveriam ser tratadas pela Constituinte. Atitude que implica, portanto, o contrário de um sentimento de emergência.

Em segundo lugar, a idéia de uma Constituinte paralela é tão esdrúxula que só tem cabimento dentro de uma concepção burocrática e técnico-jurídica de Constituição. Não se está propondo a reforma ou a consolidação de uma legislação específica, mas sim instituindo um poder. Não se trata de um comitê de sábios que apresentam, no final de um prazo determinado, um estudo técnico, mas de uma instância de poder que, para não ser mera excrecência decorativa, terá que afirmar esse poder e disputá-lo com os demais poderes vigentes. O conflito de legitimidade entre uma Constituinte para valer e o Congresso seria inevitável. Aliás, se fosse evitável, seria à custa da própria razão de ser da Constituinte ou do Congresso.

Sem ruptura, sem emergência, e com o risco de fomentar uma duplicidade de poderes, a idéia de antecipação parece só justificar-se na medida em que constitua uma resposta à comissão Constituinte do sr. Afonso Arinos, que pelo menos tem o mérito de saber que é uma comissão

de estudos, destinada a medir influências, já que é destituída de poderes.

A ação política responsável exige mais do que uma inclinação dileitante para incorporar funções de prestígio e aspirar à história. Ela exige uma disposição para o exercício do poder político que implica um engajamento profissional, no sentido de que deve ser permanente e responsável. É incompatível com o diletantismo que se esconde por trás do desejo de participar da confecção da Constituinte sem o ônus de envolvimento com o dia-a-dia do exercício do poder e da representação que a vida parlamentar implica.

Temos problemas mais graves do que o de montar uma Constituinte prévia que nada mais seria do que uma macro-comissão Afonso Arinos, destinada a abrigar os que nela não encontraram lugar. Temos diante de nós investidas das forças conservadoras que apostam na incapacidade deste país de tornar-se uma democracia estável.

Em primeiro lugar, o Congresso recusou a maioria absoluta com dois turnos para a eleição dos Executivos Municipais e Estaduais, optando pela manutenção da maioria simples, que contribui para a instabilidade.

Em segundo lugar, a direita não se organizou em uma legenda forte, optando pela pulverização em diversos partidos, ao sabor das conveniências regionais, sinal de que a direita ainda não acredita no sistema partidário e prefere atuar por outros meios.

Em terceiro lugar, os liberais conservadores, cuja aliança foi decisiva para a derrocada do regime, definiram-se agora por uma aliança à direita e escolheram como alvo estratégico a destruição do PMDB. Para isso, aliam-se em São Paulo ao

populismo mais retrógrado, na vã tentativa de destruir a certeza — que o PMDB vem representando — da lenta construção de uma sociedade baseada na igualdade, na participação e na justiça social. Esses “liberais” paulistas, Fernando Henrique Cardoso os caracterizou com rara felicidade como sendo um banqueiro cercado de malufistas por todos os lados — menos por um lado, acrescento eu, que os liga ao continente da insânia. Esses “liberais” estão mostrando que preferem o risco de perder com Jânio à certeza de vencer com o PMDB.

Portanto, mais do que antecipar a Constituinte, precisamos fundamentalmente melhorar a qualidade e aumentar o rigor da representação. E isto só é possível com o que poderíamos chamar de normalização da representação popular. Precisamos aproximar o parlamentar médio da média do comum do povo, e isso só se faz de duas maneiras: aumentando a base da representação, seja mediante a correção da proporcionalidade entre Estados e regiões, seja aumentando o número de representantes; e diminuindo a chance de descolamento entre representantes e representados.

E preciso concentrar nossa atenção na questão da representação e, resolvendo-a, garantir, para além da Constituinte, um corpo político mais identificado com o comum do povo. Só assim poderemos prevenir-nos contra a paixão retrógrada do mandonismo de uns e contra o farisaísmo sectário do oportunismo de outros.

E o resto virá por acréscimo. E com muito trabalho.